

ICNB, I.P.
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
E DA BIODIVERSIDADE

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA

FASE 3 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Nº DO CONTRATO: APM3007

Nº DO DOCUMENTO: 03.RP-O.003(1)

FICHEIRO: 300703RPO0031.doc

DATA: 2009-03-18

REGISTO DAS ALTERAÇÕES		
Nº Ordem	Data	Designação

O COORDENADOR TÉCNICO:



Índice do documento

1	INTRODUÇÃO	5
2	ABREVIATURAS DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS.....	7
3	PROGRAMA DE EXECUÇÃO	9

1 Introdução

O presente documento constitui o Programa de Execução do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, dando cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e da Portaria n.º 137/2005, de 2 de Fevereiro, que fixa os demais elementos que devem acompanhar cada um dos planos especiais de ordenamento do território.

O Programa de Execução pressupõe o desenvolvimento de um vasto conjunto de acções, no sentido de potenciar o desenvolvimento sustentado da área protegida.

O programa identifica seis grupos de objectivos estratégicos de desenvolvimento, para os quais é definido um conjunto de medidas de actuação e as respectivas acções de intervenção, que se quantificam da seguinte forma:

- 7 Objectivos;
- 49 Medidas;
- 134 Acções.

Os seis grupos de objectivos estratégicos, identificados, dizem respeito a:

1. Conservação da Natureza e da Biodiversidade;
2. Conservação e valorização do património geológico;
3. Valorização do património cultural;
4. Requalificação e valorização do património edificado;
5. Utilização sustentável dos recursos naturais;
6. Promoção do conhecimento e sensibilização para o valor do PNSACV;
7. Vigilância e fiscalização.

As 18 medidas e 57 acções previstas para o objectivo 1 “Conservação da Natureza e da Biodiversidade” pretendem garantir a manutenção das condições ecológicas e/ou o restabelecimento das condições naturais do PNSACV.

A medida e as 4 acções previstas para o objectivo 2 “Conservação e valorização do património geológico” visam promover, valorizar e conservar o património geológico no PNSACV.

As 3 medidas e 11 acções previstas para o objectivo 3 “Valorização do património cultural” visam promover e valorizar o património histórico e arqueológico existente no PNSACV.

As 5 medidas e 14 acções previstas para o objectivo 4 “Requalificação e valorização do património edificado” pretendem assegurar a valorização de alguns núcleos de edificação dispersa garantindo o seu enquadramento paisagístico.

Relativamente ao objectivo 5 “Utilização sustentável dos recursos naturais” as 7 medidas e 17 acções estabelecidas centram-se na dinamização das actividades económicas em articulação com a conservação dos recursos e dos valores naturais do PNSACV, num modelo de desenvolvimento sustentável.

As 12 medidas e 28 acções previstas no âmbito do objectivo 6 “Promoção do conhecimento e sensibilização para o valor do PNSACV” passam pelo envolvimento do PNSACV na divulgação do património natural existente e pelo desenvolvimento de acções em colaboração com associações profissionais, ambientais e escolas. As medidas deste objectivo referem-se concretamente a:

No objectivo 7 “Vigilância e fiscalização” incluem-se 3 medidas e 3 acções de controlo, monitorização, vigilância e fiscalização para toda a área do PNSACV.

Para cada acção são elencadas as entidades responsáveis pela sua execução, uma estimativa indicativa de custos e o respectivo período de execução. Refira-se que as acções constantes neste documento constituem uma referência para o desenvolvimento futuro do plano de gestão do PNSACV.

2 Abreviaturas das entidades envolvidas

ABM - Associação de Beneficiários do Mira
AFN - Autoridade Florestal Nacional
ARH - Administrações de Região Hidrográfica
Capitania do Porto de Lagos;
Capitania do Porto de Sines;
CCDR Alentejo - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CCDR Algarve - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CDOS - Centro Distrital de Operações de Socorro
CMA - Câmara Municipal de Aljezur
CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
CMO - Câmara Municipal de Odemira
CMS - Câmara Municipal de Sines
CMVB - Câmara Municipal de Vila do Bispo
DGADR - Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAM – Direcção Geral da Autoridade Marítima
DGPA - Direcção Geral das Pescas e Aquicultura
DRAP Alentejo - Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve - Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve
DRC - Direcção Regional de Cultura
DRE – Direcção Regional de Economia
GNR, SEPNA - Guarda Nacional Republicana, Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente
ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IH – Instituto Hidrográfico
INAG - Instituto da Água
INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação
INRB – Instituto Nacional dos Recursos Biológicos
IPIMAR - Instituto de Investigação das Pescas e do Mar
ONGA – Organizações Não Governamentais de Ambiente
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
TP - Turismo de Portugal, IP

3 Programa de execução

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1.1 Salvaguarda da área de matos dunares nas dunas de S. Torpes em relação ao pisoteio, à circulação de veículos e ao estacionamento selvagem	1.1.1 Eliminação / vedação de trilhos existentes à circulação pedonal e de veículos motorizados	ICNB, Câmara Municipal de Sines, ARH	5.000	2010-2012
	1.1.2 Vedação específica em pontos mais vulneráveis ao estacionamento de veículos	ICNB, Câmara Municipal de Sines, ARH	15.000	2010-2012
	1.1.3 Definição e construção de caminhos pedonais/cicláveis, efectuado por passadeiras sobre-elevadas	Câmara Municipal de Sines, ARH, ICNB	500.000	2010-2014
	1.1.4 Erradicação de espécies invasoras, nomeadamente o chorão	ICNB, Câmara Municipal de Sines, ONGA	40.000	2012-2014
1.2 Preservação das comunidades vegetais e dos valores geológicos das dunas de Aivados/Malhão incluindo o ordenamento dos caminhos existentes	1.2.1 Elaboração de estudos de monitorização da distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência das espécies da flora protegidas ou ameaçadas	ICNB, ONGA, Universidades	35.000	2010-2014
	1.2.2 Identificação e vedação ao tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado de todos os caminhos, excepto os marcados na carta militar 1:25 000	ICNB, Câmara Municipal de Odemira, ARH	20.000	2010-2012
	1.2.3 A definição e construção de caminhos pedonais / cicláveis, efectuado por passadeiras sobre-elevadas	ICNB, Câmara Municipal de Odemira, ARH	750.000	2010-2012
	1.2.4 Erradicação de espécies invasoras, nomeadamente o chorão	ICNB, Câmara Municipal de Odemira, ONGA	60.000	2010-2014

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1.3 Valorização das lagoas temporárias do Malhão, revertendo os problemas de degradação	1.3.1 A eliminação dos caminhos que atravessam estas depressões, impedindo a circulação de veículos	ICNB, Câmara Municipal de Odemira	20.000	2010-2012
	1.3.2 A promoção de estudos de monitorização dos povoamentos vegetais, das espécies de invertebrados e vertebrados	ICNB, Universidades	35.000	2010-2014
	1.3.3 O estudo do efeito do pastoreio sobre as lagoas nomeadamente com utilização experimental de vedações na área circundante das lagoas estudadas	ICNB, Universidades, ONGA, Associações de Agricultores	20.000	2010-2014
	1.3.4 Vedação da área circundante de determinadas lagoas	ICNB, Associações de Agricultores	50.000	2010-2012
1.4 Preservação dos valores naturais da Ilha do Pessegueiro	1.4.1 Definição da capacidade de carga da Ilha do Pessegueiro	ICNB, Câmara Municipal de Sines, IGESPAR	10.000	2010-2012
	1.4.2 Condicionamento dos acessos nos meses de nidificação da avifauna	ICNB, Câmara Municipal de Sines, ARH, IGESPAR/DRC, DGAM	15.000	2010-2014
1.5 Manutenção dos ecossistemas marinhos e fluviais e recuperação de zonas degradadas do estuário do Mira	1.5.1 Avaliação da distribuição e do estado de conservação dos bancos de <i>Zostera</i> spp.	ICNB, Universidades, IPIMAR/INRB, ONGA	25.000	2010-2014
	1.5.2 Definição e implementação de medidas de valorização e de protecção dos bancos de <i>Zostera</i> spp.	ICNB, Universidades, IPIMAR/INRB, ONGA	20.000	2010-2014
	1.5.3 Estudos de avaliação para a reintrodução de populações localmente extintas (ostras) e avaliação do potencial conchífero do estuário, nomeadamente da utilização da ostra nativa na ostreicultura	ICNB, Universidades, IPIMAR/INRB, ONGA, Associações representativas do sector	60.000	2010-2014

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERIODO DE EXECUÇÃO
	1.5.4 Monitorização dos peixes migradores no estuário e respectivos locais de desova	ICNB, Universidades, IPIMAR/INRB, ONGA, DRAP-Alentejo	100.000	2010-2014
1.5 Manutenção dos ecossistemas marinhos e fluviais e recuperação de zonas degradadas do estuário do Mira	1.5.5 Monitorização da qualidade da água e implementação de medidas de gestão de modo a garantir a conformidade com o uso conquícola, piscícola e banear no estuário e compatível com a conservação dos valores naturais do estuário	ICNB, DGPA, INAG, ARH, DRAP-Alentejo, DGAM	20.000 / ano	2010 – 2014
	1.5.6 Elaborar e implementar um plano de monitorização da qualidade do ecossistema estuarino tendo em conta indicadores ecológicos em articulação com a DQA	ICNB, INAG, ARH, ABM, DGADR, Associações representativas do sector das Pescas, INRB, Universidades	10.000 / ano	2010-2014
	1.5.7 Estudo da evolução da dinâmica sedimentar do estuário do Mira e definição / avaliação de medidas ou cenários de gestão do estuário e da respectiva bacia hidrográfica, incluindo levantamentos e cobertura aeroaerofotogramétrica	ICNB, INAG, ARH, DRAP-Alentejo, Universidades, DGAM, IPTM	200.000	2010-2014
	1.5.8 Monitorizar e promover a gestão da vegetação ripícola e dos sapais de forma a garantir as características ecológicas deste <i>habitat</i>	ICNB, ARH, Universidades, ONGA	35.000	2010-2014
1.6 Prevenção de riscos de poluição para o ecossistema marinho e costeiro	1.6.1 Elaboração de uma carta de sensibilidade ao risco de poluição por hidrocarbonetos para a zona costeira do PNSACV	ICNB, Capitania dos Portos de Sines e Lagos/DGAM, ARH	75.000	2010-2012
1.7 Monitorização dos povoamentos vegetais das margens da ribeira do Torgal	1.7.1 Monitorização das comunidades vegetais	ICNB, Universidades, ONGA	35.000	2010-2014
	1.7.2 Aquisição, ou contratualização com os proprietários, das parcelas que se julguem prioritárias para a conservação da natureza e biodiversidade	ICNB, Proprietários, ARH	1.500/ano	2010-2011

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1.8 Garantir a conservação do <i>Plantago almogravensis</i> com vista ao incremento efectivo populacional e sua área de ocorrência	1.8.1 Elaboração de estudos de monitorização das comunidades vegetais, em particular do <i>Plantago almogravensis</i> : distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência	ICNB, Universidades, ONGA	75.000	2010-2014
	1.8.2 Estudos de avaliação para a reintrodução de populações localmente extintas	ICNB, Universidades, ONGA	15.000	2010-2012
	1.8.3 Aquisição, ou contratualização com os proprietários, das parcelas que se julguem prioritárias para a conservação desta espécie	ICNB, Proprietários, ONGA	3.000 (renda anual)	2010-2011
	1.9.3 Condicionamento do pisoteio, através da colocação de vedações em zonas mais susceptíveis	ICNB, Proprietários	25.000	2010-2012
1.9 Garantir a conservação do <i>Cistus ladanifer</i> subesp. <i>sulcatus</i> com vista ao incremento efectivo populacional e sua área de ocorrência	1.9.1 Elaboração de estudos de monitorização das comunidades vegetais, em particular do <i>Cistus ladanifer</i> subesp. <i>sulcatus</i> : distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência	ICNB, Universidades, ONGA	45.000	2010-2014
	1.9.2 Estudos de avaliação para a reintrodução de populações localmente extintas	ICNB, Universidades, ONGA	15.000	2012-2014
	1.9.3 Condicionamento do pisoteio, através da colocação de vedações em zonas mais susceptíveis	ICNB, Câmara Municipal de Odemira, Proprietários	15.000	2010-2012
1.10 Salvaguarda da biodiversidade do Pinhal do Bordalete	1.10.1 Plano de monitorização da biodiversidade faunística, em particular da avifauna	Câmara Municipal de Aljezur, ICNB, AFN	10.000	2010-2014
	1.10.2 Promover acções de compatibilização da gestão florestal com a conservação dos valores naturais	Câmara Municipal de Aljezur, ICNB, AFN	20.000	2012-2014

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERIODO DE EXECUÇÃO
1.11 Recuperação das comunidades florísticas específicas de plataformas litorais sobrelevadas das arribas da Carrapateira	1.10.1 Elaboração de estudos de monitorização da distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência das espécies da flora protegidas e ameaçadas	ICNB, Universidades, ONGA	35.000	2010-2014
	1.11.2 Interdição dos caminhos a qualquer veículo motorizado excepto veículos de emergência	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur	25.000	2010-2011
	1.11.3 Realização de um projecto de recuperação vegetal da arriba	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur, Universidades, ONGA	40.000	2012-2014
	1.11.4 Definição de pesqueiros e instalação de passadiços e plataformas sobrelevadas para o acesso dos praticantes de pesca lúdica.	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur, Associações de Pesca lúdica	300.000	2010-2012
1.12 Recuperação do valor natural das lagoas temporárias degradadas de Vila do Bispo	1.12.1 Promover a realização de estudos de monitorização dos factores de degradação das lagoas temporárias, das comunidades vegetais, das espécies de invertebrados e vertebrados	ICNB, Universidades, ONGA	35.000	2010-2014
	1.12.2 O estudo do efeito do pastoreio sobre as lagoas nomeadamente com utilização experimental de vedações na área circundante das lagoas estudadas	ICNB, Universidades, ONGA, Associações representativas do sector	20.000	2010-2014
	1.12.3 Vedação da área circundante das lagoas impedindo o acesso ao gado, numa óptica de avaliação do impacte do pastoreio	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo, Associações representativas do sector	100.000	2010-2012
1.13 Valorização e conservação da Reserva Biogenética da Ponta de Sagres	1.13.1 Elaboração de estudos de monitorização da distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência das espécies da flora protegidas e ameaçadas de conservação prioritária, incluindo as associadas aos matos endémicos	ICNB, Universidades, ONGA	75.000	2010-2014

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	1.13.2 Contenção da degradação observada no promontório costeiro e sua requalificação	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo	150.000	2010-2012
1.14 Valorização e conservação da Reserva Biogenética da Ponta de Sagres	1.14.4 Ordenamento da rede de caminhos existentes	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo	30.000	2010-2012
	1.14.5 Vedação do acesso a veículos motorizados em alguns locais particularmente vulneráveis	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo	25.000	2010-2011
1.15 Salvaguarda da biodiversidade do Pinhal de Vale Santo	1.15.1. Elaboração e implementação do plano de monitorização e da biodiversidade faunística, em particular da avifauna	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo, ONGA, AFN	35.000	2010-2014
	1.15.2 Planear e executar acções de compatibilização da gestão florestal com a conservação dos valores naturais	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo, AFN	50.000	2011-2014
	1.15.3 Elaborar um plano de gestão e promover uma gestão integrada por diferentes entidades	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo, AFN	20.000	2010-2014
1.16 Conservação e valorização dos matos endémicos do Martinhal	1.16.1 Monitorização de comunidades vegetais de conservação prioritária, incluindo a espécie de <i>Cistus ladanifer</i> subesp. <i>sulcatus</i> : distribuição, dinâmica de populações e factores limitativos para a sobrevivência.	ICNB, Universidades, ONGA	35.000	2010-2014
	1.16.2 Estudos de avaliação para a reintrodução de populações localmente extintas	ICNB, Universidades, ONGA	15.000	2012-2014
	1.16.3 Condicionamento do pisoteio, através da colocação de vedações em zonas mais susceptíveis	ICNB, Câmara Municipal de Vila do Bispo, Proprietários	15.000	2010-2011

OBJECTIVO 1. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS [€]	PERÍODO DE EXECUÇÃO
1.17 Recuperação dos valores naturais existentes nas áreas de Vila Rosalinda, Acomave e Esparregueiras e inversão da situação existente	1.17.1 Remoção das edificações existentes	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo	350.000	2013-2014
	1.17.2 Remoção das infra-estruturas urbanas à superfície	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo	250.000	2013-2014
	1.17.3 Manutenção e reabilitação ambiental e paisagística de espaços degradados, designadamente com recurso a renaturalização com vegetação autóctone	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo	200.000	2013-2014
	1.17.4 Eliminação ou vedação dos caminhos e trilhos que não sejam imprescindíveis ao acesso a prédios rústicos	ICNB, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo	5.000	2010-2012
1.18 Monitorização das populações de avifauna selvagem	1.18.1 Promover censos periódicos	ICNB, ONGA (SPEA)	200.000	2010-2014
	1.18.2 Elaborar um estudo sobre o impacte dos aerogeradores na avifauna	ICNB, ONGA (SPEA)	35.000	2012-2014

OBJECTIVO 2. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO GEOLÓGICO				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
2.1 Conservação, valorização e promoção do património geológico	2.1.1 A avaliação do estado de conservação dos geossítios e a capacidade de recepção de visitantes e identificação dos elementos do património geológico que se encontrem degradados	ICNB, Universidades, INETI	75.000	2010-2014
	2.1.3 A elaboração de um programa de monitorização e de manutenção do bom estado de conservação do património geológico	ICNB, Universidades, INETI	75.000	2010-2014
	2.1.4 Identificação de elementos do património geológico de excepcional relevância e promoção da sua classificação como geomonumento, geossítio ou locais de interesse geológico	ICNB, Universidades	50.000	2012-2014
	2.1.5 Reduzir a degradação de sistemas geológicos e geomorfológicos sensíveis nomeadamente evitando o assoreamento e degradação de corpos lagunares costeiros e monitorização da evolução dos sistemas mais sensíveis.	ICNB, Universidades	100.000	2010-2014

OBJECTIVO 3. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
3.1 Conservação do complexo industrial romano da Ilha do Pessegueiro	3.1.1 Avaliação dos riscos e do estado de conservação dos elementos patrimoniais e a capacidade de recepção de visitantes	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Sines, IGESPAR, DRC, ICNB	5.000	2010-2014
	3.1.2 Realização dos trabalhos arqueológicos necessários	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Sines, IGESPAR, DRC, ICNB	10.000	2010-2014
	3.1.3 Elaboração e implementação de um programa de conservação e restauro dos elementos patrimoniais	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Sines, IGESPAR, DRC, ICNB	50.000	2010-2014
	3.1.4 Elaboração de um programa de monitorização, e de manutenção do bom estado de conservação do património valorizado e respectivos equipamentos	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Sines, IGESPAR, DRC, ICNB	5.000	2010-2014
3.2 Valorização do Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro e área envolvente	3.2.1 Elaboração de um programa de conservação e restauro dos elementos patrimoniais	Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, ICNB, IGESPAR, DRC	10.000	2010-2014
	3.2.2 Valorização do sítio arqueológico da Necrópole do Pessegueiro, incluindo a avaliação dos riscos e do estado de conservação dos elementos patrimoniais e a capacidade de recepção de visitantes e a realização dos trabalhos arqueológicos necessários	Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, ICNB, IGESPAR, DRC	20.000	2010-2014

OBJECTIVO 3. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	3.2.3 Elaboração de um programa de monitorização e de manutenção do bom estado de conservação do património valorizado e respectivos equipamentos	Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, ICNB, IGESPAR, DRC	10.000	2010-2014
3.3 Preservação, valorização e promoção de sítios de natureza histórica e arqueológica dos concelhos de Aljezur e de Vila do Bispo, incluindo sítios subaquáticos	3.3.1 Avaliação dos riscos e do estado de conservação dos elementos patrimoniais e a capacidade de recepção de visitantes	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, IGESPAR, DRC ICNB	25.000	2010-2014
	3.3.2 Realização dos trabalhos arqueológicos necessários	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, IGESPAR, DRC ICNB	50.000/ ano	2010-2014
	3.3.3 Elaboração de um programa de conservação e restauro dos elementos patrimoniais	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, IGESPAR, DRC ICNB	75.000	2010-2014

OBJECTIVO 3. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	3.3.4 Elaboração de um programa de monitorização e de manutenção do bom estado de conservação do património valorizado e respectivos equipamentos	Associações Locais de Defesa do Património, Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, IGESPAR, DRC ICNB	25.000	2010-2014

OBJECTIVO 4. REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
4.1 Requalificar e valorizar a ocupação edificada nas zonas de povoamento disperso	4.1.1 Promover intervenções de valorização, salvaguarda, recuperação, reabilitação ou requalificação do património edificado nas zonas de povoamento disperso	Câmaras Municipais	250.000	2010-2014
	4.1.2 Promover a requalificação paisagística dos espaços edificados e da sua envolvente	Câmaras Municipais, ICNB	250.000	2010-2014
	4.1.3 Garantir soluções adequadas que visem o correcto tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos, abastecimento de água e energia	Câmaras Municipais	500.000	2010-2014
4.2 Conter e valorizar a ocupação edificada na zona de povoamento disperso a norte de Vila Nova de Milfontes	4.2.1 Elaborar um Plano de Pormenor na modalidade de Plano de Intervenção em Espaço Rural garantindo a ocupação edificada nucleada, mantendo o restante espaço como solo rural	Câmara Municipal de Odemira, ICNB	100.000	2010-2014
	4.2.2 Reabilitar ambiental e paisagisticamente os espaços que o requeiram e garantir a manutenção dos valores ambientais e paisagísticos existentes	Câmara Municipal de Odemira, ICNB	275.000	2010-2014
	4.2.3 Garantir soluções adequadas que visem o correcto tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos, abastecimento de água e energia	Câmara Municipal de Odemira	300.000	2010-2014

OBJECTIVO 4. REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
4.3 Requalificação da área de Vale da Telha	4.3.1 Requalificação das áreas edificadas através da adopção de medidas destinadas à valorização do espaço público e do parque edificado, nomeadamente através da substituição ou demolição de construções existentes, da introdução de equipamentos	Câmara Municipal de Aljezur, Parque Expo, S.A.	750.000	2010-2014
	4.3.2 Elaboração de um projecto de integração paisagística que assegure a manutenção dos valores ambientais e paisagísticos existentes	Câmara Municipal de Aljezur, ICNB, Parque Expo, S.A.	75.000	2010-2014
	4.3.3 Garantir soluções adequadas que visem o correcto tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos, abastecimento de água e energia	Câmara Municipal de Aljezur, Parque Expo, S.A.	250.000	2010-2014
4.4 Requalificação do edificado no Caminho do Infante com adaptação ao uso turístico	4.4.1 Garantir a elaboração de um projecto de integração paisagística que assegure a manutenção dos valores ambientais e paisagísticos existentes	Câmara Municipal de Vila do Bispo, ICNB, Promotor	25.000	2010-2014
	4.4.2 Garantir a adequada integração de usos, nomeadamente turísticos, de habitação, de lazer	Câmara Municipal de Vila do Bispo, ICNB, Promotor	250.000	2010-2014
	4.4.3 Garantir soluções adequadas que visem o correcto tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos, abastecimento de água e energia	Câmara Municipal de Vila do Bispo, Promotor	100.000	2010-2014
4.5 Integração paisagística e ambiental do espaço edificado dos Carriços	4.5.1 Garantir a integração paisagística das edificações e dos projectos de construção e a adequada integração de usos de habitação e de lazer	Câmara Municipal de Vila do Bispo, ICNB, Promotor	30.000	2010-2014
	4.5.2 Garantir soluções adequadas que visem o correcto tratamento e reutilização de efluentes, bem como de gestão de resíduos, abastecimento de água e energia	Câmara Municipal de Vila do Bispo, Promotor	50.000	2010-2014

OBJECTIVO 5. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
5.1 Avaliar o impacto económico e ambiental resultante da aplicação do regulamento para a área marinha na comunidade piscatória e nos recursos piscícolas	5.1.1 Monitorização e avaliação do impacto decorrente da interdição de algumas artes de pesca comercial na área marinha do PNSACV, nos recursos biológicos explorados e o impacto sócio-económico; definição de medidas para minorar esses impactes.	DGPA, IPIMAR/INRB, DRAPs, Universidades, ICNB, Associações de Pesca	150.000	2010-2014
	5.1.2 Monitorização e avaliação do impacto resultante da aplicação da legislação da pesca e da apanha lúdica, incluindo o percebe, sobre a evolução do estado dos recursos biológicos e avaliação dos seus impactes sócio-económicos na área do PNSACV.	DGPA, IPIMAR/INRB, DRAPs, Universidades, ICNB, Associações de Pesca	125.000	2010-2014
	5.1.3 Monitorização e avaliação do impacto resultante da implementação das áreas de protecção total e protecção parcial na área do PNSACV sobre os recursos biológicos.	DGPA, IPIMAR/INRB, DRAPs, Universidades, ICNB, Associações de Pesca	150.000	2010-2014
	5.1.4 Elaborar um sistema de informação para a identificação e registo das embarcações que operam, artes de pesca utilizadas, espécies e quantidades pescadas, na área do PNSACV	DGPA, IPIMAR/INRB, DRAPs, Universidades, Associações de Pesca, ICNB	50.000	2010-2011
	5.1.5 Monitorização e avaliação do impacto ambiental resultante das explorações aquícolas na área do PNSACV, incluindo o impacto sobre os recursos biológicos.	DGPA, IPIMAR/INRB, DRAPs, Universidades, Associações de Aquicultores	125.000	2010-2014

OBJECTIVO 5. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
5.2 Enquadrar o uso agrícola no PRM	5.2.1 Compatibilização da actividade agrícola com as necessidades ecológicas das espécies; de forma a permitir o aproveitamento do potencial produtivo dos solos do PRM, assegurando a manutenção da biodiversidade, o respeito pelos objectivos de conservação da natureza e a preservação do padrão de diversidade da paisagem agrícola, através da: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de um programa de monitorização dos valores naturais das áreas de protecção parcial do tipo I do PRM; - Elaboração de um programa de monitorização dos valores naturais das áreas de protecção parcial do tipo II do PRM; - Elaboração de um programa de monitorização dos valores naturais, incluindo a avaliação do impacte do pastoreio nas áreas de protecção parcial do tipo II e de protecção complementar do tipo I na envolvente de charcos temporários do PRM; - Elaboração e implementação de projectos de recuperação e valorização das áreas de protecção parcial do tipo I e II do PRM; - Elaboração de um projecto de recuperação e renovação da rede de cortinas de abrigo; - Elaboração de um guia de aplicação de boas práticas agrícolas; - Elaboração de um caderno de encargos com o objectivo do processo de certificação ambiental; - Preparação da certificação dos produtos do PRM. 	ICNB, ABM, DGADR, DRAP Alentejo, AFN, DRE, Proprietários	750.000	2010-2014

OBJECTIVO 5. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
5.2 Enquadrar o uso agrícola no PRM	5.2.2 Garantir a preservação dos recursos do solo e da água através de: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração, implementação e gestão de um sistema de monitorização da qualidade da água, contemplando parâmetros físico-químicos e microbiológicos; - Elaboração, implementação e gestão de um sistema de monitorização da composição química do solo; - Implementação de um serviço de apoio ao agricultor do PRM que divulgue as condições específicas a respeitar na prática da fertilização e protecção fitossanitária para as diversas culturas. 	ABM, DGADR, DRAP Alentejo, ARH, ICNB, Proprietários	500.000	2010-2014
	5.2.3 Assegurar a participação activa dos agricultores e das empresas do PRM	ABM, DGADR, DRAP Alentejo, ICNB, Proprietários	10.000	2010-2014
5.3 Disciplinar a circulação de embarcações no plano de água e utilização da margem do estuário do Mira	5.3.1 Elaboração de um plano para a gestão integrada do Estuário do Mira e compatibilização dos usos com os valores naturais, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Promover a identificação e a gestão de pesqueiros nas margens através da celebração de protocolos com associações locais de pesca - Definir regras e zonas para a navegação, acostagem e fundeio de embarcações de pesca, de recreio e marítimo-turísticas e sua compatibilização com outros usos e valores naturais - Elaborar uma carta de fundeadouros do estuário - Garantir a compatibilidade com a manutenção da biodiversidade do estuário - Garantir a articulação com o ordenamento da prática de desporto natureza 	ICNB, ARH, DGPA, Câmara Municipal de Odemira, Capitania do Porto de Sines/DGAM, Associações Locais, ONGA	200.000	2010-2012
	5.3.2 Promover as condições de segurança da navegação, no que diz respeito à sinalização, monitorização e manutenção de canais de navegação	Capitania do Porto de Sines, IH, ICNB	200.000	2010-2014
5.4 Promoção da requalificação dos pesqueiros na área terrestre do PNSACV	5.4.1 Identificação e criação de uma rede de pesqueiros na área terrestre do PNSACV e promoção da gestão integrada dos pesqueiros através de protocolos com associações locais de pesca	ICNB, Câmaras Municipais, DGPA, Associações de Pesca	200.000	2012-2014

OBJECTIVO 5. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	5.4.2 Promover a conservação e limpeza das áreas de domínio hídrico degradadas	ARH, ICNB, Associações de Pesca	50.000	2010-2014
5.5 Certificação de produtos e serviços	5.5.1 Promover a certificação dos produtos de pesca e apanha da área do PNSACV	DGPA, DRE, ICNB, Associações de Pesca, Associações de Mariscadores	35.000	2010-2014
	5.5.2 Promover a certificação dos produtos agrícolas produzidos na área do PNSACV incluindo a produção de plantas associadas ao uso florestal do solo, nomeadamente aromáticas e medicinais, bem como cogumelos.	ABM, DGADR, DRAP Alentejo, ICNB, AFN, Proprietários	35.000	2010-2014
	5.5.3 Promover a certificação dos produtos de base regional (mel, queijos, doçaria, pão).	ICNB, ABM, DRE, ICNB, Associações de Produtores	35.000	2010-2014
5.6 Gestão florestal sustentável	5.6.1 Aumentar o valor ecológico dos bosques e bosquetes, reduzir o risco de incêndio e garantir a sua sustentabilidade económica através da elaboração e implementação de um Plano de intervenção específica.	ICNB, AFN, Associações de Produtores	250.000	2010-2014
	5.6.2 Intervir nos espaços ocupados por pinhal, de forma a maximizar a conservação dos valores naturais, a redução do risco de incêndio e a exploração sustentável dos recursos florestais através da elaboração e implementação de um Plano de intervenção específica.	AFN, Associações de Produtores, ICNB	250.000	2010-2014
5.7 Gestão agrícola sustentável	5.7 Promover práticas adequadas à exploração do solo que não resultem na degradação dos valores naturais através da divulgação de métodos de protecção integrada, produção integrada e agricultura biológica e do estabelecimento de limites à utilização de adubos e biocidas.	AFN, Associações de Produtores, ICNB	50.000	2010-2014

OBJECTIVO 6. PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O VALOR DO PNSACV				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
6.1 Fruição dos espaços naturais e ordenamento dos espaços de apoio à visitação	6.1.1 Elaborar um plano de percursos e trilhos de descoberta da natureza, incluindo pelos menos os seguintes locais e temas: <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização para a importância da vegetação nas dunas de S. Torpes; - Sensibilização para a importância da vegetação nas dunas de Aivados/Malhão; - Sensibilização ambiental do valor e importância das lagoas temporárias do Malhão; - Promover a educação ambiental e o lazer na ribeira do Torgal; - Percorso de visitação dos geossítios da área envolvente das arribas da Carrapateira; - Sensibilização ambiental do valor e importância das lagoas temporárias degradadas de Vila do Bispo; - Sensibilização para a importância da vegetação da Reserva Biogenética da Ponta de Sagres; - Promover a educação ambiental e o lazer no rio Mira (percursos terrestres e aquáticos); - Promover a educação ambiental e o lazer na ribeira de Aljezur (percursos terrestres e aquáticos). - Promover a educação ambiental na zona marinha da Ilha do Pessegueiro e dos Ilhotes do Martinhal (percursos subaquáticos). 	ICNB, TP, Câmaras Municipais, ONGA, Associações representativas do sector	200.000	2010-2012
	6.1.2 Criação e sinalização dos percursos interpretativos, e instalação de equipamentos de apoio e respectiva manutenção	ICNB, TP, Câmaras Municipais	125.000	2012-2014

OBJECTIVO 6. PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O VALOR DO PNSACV				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
6.2 Apoiar o desenvolvimento de Turismo de Natureza numa lógica de produto integrado	6.2.1 Promover a recuperação de espaços para a animação ambiental e visitação	TP, Câmaras Municipais, ICNB	200.000	2010-2014
	6.2.2 Promover o alojamento de Turismo de Natureza (TER e Casas de Natureza)	TP, Câmaras Municipais, ICNB, Entidades Privadas	30.000	2010-2014
	6.2.3 Promover uma rede de observação de aves com infra-estruturas adequadas	ICNB, Câmaras Municipais, ONGA	150.000	2010-2012
6.3 Ordenar e disciplinar as actividades de visitação e desporto de natureza	6.3.1 Elaboração da carta de desporto de natureza	ICNB, Associações do sector e Câmaras Municipais	55.000	2010-2011
	6.3.2 Ordenar as actividades enquadradas no desporto natureza e turismo de natureza com potencial de desenvolvimento na área do estuário do Mira em articulação com a elaboração do Plano de Gestão do Estuário	ICNB, TP, Câmaras Municipais, Entidades Privadas	30.000	2010-2012
	6.3.3 A gestão dos acessos à ribeira do Torgal	ICNB, Proprietários	10.000	2010-2014
6.4 Promover ou apoiar acções de educação ambiental	6.4.1 Elaborar uma estratégia de educação ambiental com vista à definição de acções específicas e parceiros	ICNB, Associações do sector	25.000	2010-2012
6.5 Promoção do PNSACV através do uso público e da difusão de conhecimento e informação	6.5.1 Promover a publicação de informação sobre o PNSACV	ICNB, parceiros	30.000	2010-2012
6.6 Desenvolvimento de um programa de voluntariado	6.6.1 Programar, desenvolver e divulgar um plano de actividades anual para empresas, associações e público em geral	ICNB, Câmaras Municipais	25.000	2010-2014
6.7 Centros de interpretação da natureza	6.7.1 Criação de um pólo de recepção de visitantes e de um centro interpretativo no Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro, contendo uma área de acolhimento, um ponto de venda de material de divulgação ambiental, uma cafetaria, uma área de exposições e um pequeno auditório	Câmara Municipal de Sines, ICNB, IGESPAR, DRC	400.000	2010-2012

OBJECTIVO 6. PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O VALOR DO PNSACV				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	6.7.2 Instalação de um centro de interpretação ambiental no Pinhal do Bordalete	Câmara Municipal de Vila do Bispo, ICNB, AFN	200.000	2010-2012
	6.7.3 Instalação de um centro de interpretação ambiental para a sensibilização e importância do Estuário do Mira	Câmara Municipal de Odemira, ICNB	300.000	2010-2012
	6.7.4 Criar logo e imagem gráfica para cada centro interpretativo	ICNB, Câmaras Municipais	20.000	2011-2012
	6.7.5 Programar, desenvolver e divulgar ao público um plano de actividades anual de cada centro interpretativo	ICNB, Câmaras Municipais	40.000	2012-2014
	6.7.6 Produção de materiais e meios de divulgação (pedagógico e <i>merchandising</i>)	ICNB, Câmaras Municipais, TP	20.000	2012-2014
6.8 Promoção do património geológico	6.8.1 Elaboração e implementação do programa de visitação do património geológico do PNSACV	ICNB, Câmaras Municipais, Universidades, INETI	100.000	2012-2013
	6.8.2 Elaboração de um roteiro geológico do PNSACV	ICNB, Câmaras Municipais, Universidades, INETI	20.000	2010-2014
6.9 Definição das condições de acesso e visita da Ilha do Pessegueiro, compatíveis com a preservação e valorização dos valores culturais e naturais	6.9.1 Definição de percursos pedonais	ICNB, Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, IGESPAR, DRC	10.000	2013-2014
	6.9.2 Divulgação e valorização do complexo industrial romano da Ilha do Pessegueiro, com recurso a sinalética ou outros meios informativos	Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, ICNB, IGESPAR, DRC	20.000	2013-2014
	6.9.3 Ordenamento dos locais de acostagem – Projecto e obra	Câmara Municipal de Sines, Capitania do Porto de Sines/DGAM, ICNB, ARH	300.000	2011-2012

OBJECTIVO 6. PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E SENSIBILIZAÇÃO PARA O VALOR DO PNSACV				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
6.10 Valorização do sítio arqueológico da Necrópole do Pessegueiro	6.10.1 Divulgação, valorização e criação e sinalização dos percursos interpretativos, e instalação de equipamentos de apoio com recurso a sinalética e outros meios interpretativos	Câmara Municipal de Sines, Associações Locais de Defesa do Património, ICNB, IGESPAR, DRC	15.000	2012-2014
6.11 Valorização do Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro	6.11.1 Elaboração e implementação de um plano de arranjos exteriores da área envolvente do Forte de Dentro da Ilha do Pessegueiro.	Câmara Municipal de Sines, ICNB, DRC	130.000	2012-2014
6.12 Sítios de natureza histórico e arqueológico dos concelhos de Aljezur e de Vila do Bispo	6.12.1 Divulgação, valorização e criação e sinalização dos percursos interpretativos, incluindo percursos subaquáticos e instalação de equipamentos de apoio com recurso a sinalética	Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, Associações Locais de Defesa do Património, IGESPAR, DRC ICNB	40.000	2010-2014
	6.12.2 Dinamização de dois centros interpretativos	Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, Associações Locais de Defesa do Património, IGESPAR, DRC	150.000	2010-2014
	6.12.3 Programar, desenvolver e divulgar ao público um plano de actividades anual dos centros interpretativos	Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, Associações Locais de Defesa do Património, IGESPAR, IDRC	40.000	2010-2014
	6.12.4 Produção de materiais e meios de divulgação (pedagógico e <i>merchandising</i>)	Câmara Municipal de Aljezur e Câmara Municipal de Vila do Bispo, Associações Locais de Defesa do Património, IGESPAR, DRC	15.000	2010-2014

OBJECTIVO 7. VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO				
MEDIDAS	ACÇÕES	PARCEIROS	ESTIMATIVA DE CUSTOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO
7.1 Continuar a promover a fiscalização das actividades de caça e pesca ilegais no PNSACV	7.1.1 Desenvolver um sistema articulado entre as Capitánias, a GNR (SEPNA) e o ICNB para uma mais eficaz fiscalização das actividades de caça e pesca ilegais	GNR / SEPNA, AFN, ICNB, Capitánias dos Portos	100.000	2010-2014
7.2 Controlo de condicionalidade agrícola no âmbito da aplicação das directivas aves e habitats	7.2.1 Campanhas de controlo regulares	ABM, DRAP Alentejo, DRAP Algarve, ICNB	25.000	2010-2014
7.3 Apoio à vigilância, prevenção e primeira intervenção dos incêndios florestais	7.3.1 Campanhas de vigilância regulares e integração nos dispositivos municipais de defesa da floresta contra incêndios	Câmaras Municipais, CDOS, CMDFCI, ICNB	100.000	2010-2014

ICNB, I.P.
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
E DA BIODIVERSIDADE

**PLANO DE ORDENAMENTO
DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE
ALENTEJANO E COSTA VICENTINA**

FASE 3 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

MARÇO 2009

ICNB, I.P.
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
E DA BIODIVERSIDADE

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA

FASE 3 – PROPOSTA DE ORDENAMENTO

PROGRAMA DE EXECUÇÃO

MARÇO 2009

Trabalho elaborado por HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, SA, cujo sistema da Qualidade e Ambiente está certificado pela APCER, respectivamente com os n.ºs 1998/CEP.777.

A Subsidiary of  **INGÉROP**